

HABEAS CORPUS Nº 548.124 - SP (2019/0354251-8)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : LEONARDO RIBEIRO DE MENDONCA MARTINS E OUTRO
ADVOGADOS : ALEX MORETI DE CASTRO - SP404311
LEONARDO RIBEIRO DE MENDONCA MARTINS - SP0364534
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDRE LUCAS GALDINO RUSSEL DOS SANTOS
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE DOCUMENTOS ESSENCIAIS À ANÁLISE DA CONTROVÉRSIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ANDRÉ LUCAS GALDINO RUSSEL DOS SANTOS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação Criminal n.º 1500484-83.2018.8.26.0559.

Depreende-se da inicial que o Paciente foi condenado "*a pena de 08 (oito) anos, pelo crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico de drogas no regime de cumprimento semiaberto*" (fl. 4).

Inconformados, o Sentenciado e o Ministério Público interpuseram recurso de apelação, sendo o recurso defensivo provido parcialmente para "*absolver os réus Mariana Andrade Bortolozzo e André Lucas Galdino Russel dos Santos quanto ao delito previsto no art. 35, caput, da Lei n.º 11.343/2006, com fundamento no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal*" e provido o ministerial a fim de "*aumentar as penas-base dos acusados e para fixar o regime inicial fechado para o cumprimento das penas privativas de liberdade, mantidos os demais termos da r. sentença condenatória*" (fl. 25). Foi determinado que, "*decorrido o prazo para eventual oposição de embargos de declaração ou infringentes, expeça-se o mandado de prisão em desfavor do réu André Lucas Galdino Russel dos Santos*" (fl. 25).

Neste *habeas corpus*, os Impetrantes sustentam, em síntese: a) que estão

Superior Tribunal de Justiça

preenchidos os requisitos para a incidência da minorante do tráfico privilegiado com a consequente alteração do regime; b) a inidoneidade dos fundamentos utilizados para a fixação do regime inicial mais gravoso, sobretudo porque ilegal a valoração negativa dos vetores previstos no art. 59 do Código Penal; c) a ilegalidade da determinação de expedição de mandado de prisão decorrente da execução provisória da pena.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de salvo-conduto, o redimensionamento da pena e a alteração de regime.

É o relatório.

Decido.

Verifico não ser possível analisar a viabilidade do pleito deduzido, em razão da instrução deficitária do *writ*, visto que a Parte Impetrante não acostou aos autos **cópia integral da sentença e do acórdão impugnado**.

Como se sabe, compete à Defesa narrar e instruir completa e adequadamente o *habeas corpus* (ou seu respectivo recurso). Dessa forma, como a Defesa não se desincumbiu do ônus de formar adequadamente os autos, olvidando-se de que o *habeas corpus* "*pressupõe prova pré-constituída do direito alegado*" (STJ, HC 437.808/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 28/06/2018), não há como apreciar o mérito do *writ*.

No mesmo sentido: HC n.º 508.081/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.614/ES, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.591/MG, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe de 08/05/2019; HC n.º 507.828/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe de 08/05/2019.

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora